



Estado do Maranhão  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO - MA

DECRETO Nº 171/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021

*Estabelece regras de segurança sanitária, orientações e restrições visando a prevenção ao contágio pelo Covid-19, em eventos que possam gerar aglomeração, durante as festividades de fim de ano, e dá outras providências.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO, DO ESTADO DO MARANHÃO, LUCIO FLÁVIO ARAUJO OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do município;

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a edição pela União da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que prevê medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública do presente surto de Covid-19;

CONSIDERANDO, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal – STF, da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341, que reconhece a legitimidade concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para adotarem medidas de combate e prevenção do COVID-19;

CONSIDERANDO que o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), em Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.625, prorrogou o estado de calamidade pública por causa da pandemia de Coronavírus e as medidas sanitárias decorrentes deste até que o governo federal ou a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmem que a pandemia da covid-19 acabou;

CONSIDERANDO, que em razão do Poder de Polícia, a Administração Pública pode condicionar e restringir o exercício de liberdades individuais e o uso, gozo e disposição da propriedade, com vistas a ajustá-los aos interesses coletivos e ao bem-estar social da comunidade, em especial para garantir o direito à saúde e a redução do risco de doença e de outros agravos;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto nº 37.176/2021, editado pelo Governo do Estado do Maranhão, cujas regras sanitárias para realização presencial de reuniões e eventos públicos e privados, inclusive festas de fim de ano e demais eventos, dar-se-ão em conformidade com as regras sanitárias editadas pelas municipalidades.



Estado do Maranhão  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO - MA

**DECRETA**

**Art. 1º.** - Fica reiterado estado de calamidade pública, pois, reconhecida a situação anormal por conta da propagação do contágio pelo COVID-19 (COBRADE1.5.1.1.0 – Doença Infecciosa Viral), na forma delineada pelo Decreto Estadual nº 37.015 de 13 de setembro de 2021.

**Art. 2º.** - Por motivo de prevenção contra o coronavírus, e para a segurança, diante da chegada de uma nova variante e do aumento de casos em outros países, fica cancelada no Município de Itinga do Maranhão a realização do Réveillon e demais festividades e eventos tradicionalmente promovidos pela Prefeitura neste período.

**Art. 3º.** - Ficam também cancelados quaisquer eventos públicos presenciais realizados ou patrocinados pela Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão e que iriam contribuir para aglomeração de pessoas, favorecendo o aumento da transmissibilidade do novo Coronavírus no âmbito do Município.

**Art. 4º.** - Ficam autorizados a realização de festas, shows, eventos comerciais e similares, observando o limite de 200 (duzentas) pessoas para ambientes fechados e 400 (quatrocentas) para locais abertos.

§ 1º - Os bares, restaurantes, locais de eventos e similares, no período de 00:00h (zero hora) do dia 11/12/2021 a 00:00h (zero hora) do dia 02/01/2022, funcionarão no máximo até às 02:00h (duas horas).

§ 2º - Os organizadores de eventos no período previsto no parágrafo anterior, deverão obter previamente todas as licenças e autorizações municipais e estaduais para realização das festividades, sob pena de interdição e multa.

**Art. 5º.** São de observância obrigatória, por todos e em todas as atividades, empresárias ou não, a seguintes diretrizes:

I - Sejam prestadas, aos usuários, clientes, empregados e colaboradores, informações incisivas sobre medidas profiláticas e ostensivas de saúde e higiene acerca do Covid-19 e seu combate, dando-se ampla divulgação às diretrizes contidas, sobretudo, neste Decreto;

II - Mantenham-se arejados os ambientes, intensificando-se a higienização de superfícies e de áreas de uso comum;

III - Sejam disponibilizados, em local acessível e sinalizado, álcool em gel e/ou água, sabão e equipamento sanitário para sejam lavadas as mãos, bem como sejam adotadas outras medidas de assepsia eficazes contra a proliferação do Covid-19 e demais agentes contaminantes.





Estado do Maranhão  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO - MA

**Art. 6º.** O uso de máscaras faciais de proteção, descartáveis, caseiras ou reutilizáveis, como medida não farmacológica destinada a contribuir para a contenção e prevenção da COVID-19, infecção humana causada pelo Coronavírus (SARS - CoV-2) dar-se-á de acordo com o disposto neste artigo.

§ 1º O uso de máscaras de proteção em locais públicos e em locais de uso coletivo, ainda que privados, observará as seguintes diretrizes:

I- Em locais abertos: o uso de máscaras faciais de proteção é uma faculdade de cada indivíduo, não havendo mais obrigatoriedade no âmbito municipal.

II- Em locais fechados é obrigatória a utilização de máscaras faciais de proteção.

Parágrafo único. As regras de flexibilização contidas neste artigo não se aplicam às pessoas infectadas pela COVID-19, as quais, em caso de necessidade de quebra de isolamento em situações excepcionais, deverão utilizar a máscara facial de proteção, conforme protocolos médicos-sanitários.

**Art. 7º.** – As demais normas sanitárias de enfrentamento ao COVID-19 deverão seguir as regras previstas no Decreto Estadual nº 37.176/2021.

**Art. 8º.** – Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a prática das infrações administrativas previstas, conforme o caso, nos incisos VII, VIII, X, XXIX e XXXI do art. 10º da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do ilícito previsto no art. 268 do Código Penal.

§ 1º - Sem prejuízo da sanção penal legalmente prevista, o descumprimento das regras dispostas neste Decreto enseja a aplicação das sanções administrativas abaixo especificadas, previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977:

I - Advertência;

II - Multa, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), considerada a gravidade da infração e a capacidade econômica do infrator, nos termos do art. 2º, §§ 1º a 3º, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

III - interdição parcial ou total do estabelecimento.

§ 2º - As fiscalizações pelo cumprimento das normas deste Decreto ficarão a cargo da Secretaria de Meio Ambiente, com a orientação da Secretaria de Saúde.



Estado do Maranhão  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO - MA

**Art. 9º.** – As determinações desse decreto poderão ser revistas a qualquer tempo, tornando-se mais rígidas, de acordo com as recomendações do Governo do Estado do Maranhão e do Ministério da Saúde.

**Art. 10** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, 10 DE DEZEMBRO  
DE 2021.

**LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal de Itinga do Maranhão  
PREFEITURA MUN. DE ITINGA DO MARANHÃO  
LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA  
CPF Nº 781.431.103-97  
PREFEITO DE ITINGA DO MARANHÃO



FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
CNPJ nº: 18.686.578/0001-09  
Francisco Rodrigues De Oliveira  
CPF nº. 638.992.213-20  
**BENEFICIÁRIO DO REGISTRO**

*Publicado por: LUCYAUREA DA SILVA MOTA*  
*Código identificador: 5113c1ca90ff7c05950dbfffd2c80e9a*

**AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO-PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 12/2021 - CPL/GA**

A Prefeitura Municipal de Governador Archer /MA torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 12/2021 - CPL/GA, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de consultoria e assessoria técnico educacional para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Governador Archer/MA, cujo critério de julgamento foi o de menor preço, tendo como vencedora a empresa R & R CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA (CNPJ: 20.753.672/0001-85) com valor global de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais). Governador Archer, 13 de dezembro de 2021. Milena Santos da Silva - Pregoeira.

*Publicado por: LUCYAUREA DA SILVA MOTA*  
*Código identificador: ae7ec6f557a82e96a21d5716dfd188c7*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR  
EUGÊNIO BARROS**

**AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
001/2022-SRP**

A Pregoeira do Município de Governador Eugênio Barros - MA, no uso de suas atribuições legais, informa aos interessados o **CANCELAMENTO** do Pregão Eletrônico Nº 001/2022-SRP, tendo por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL HOSPITALAR, MATERIAL ODONTOLÓGICOS, MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO AO COVID - 19, PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MA.**

Governador Eugênio Barros - MA, 13 de dezembro de 2021.

Gabrielly Barroso Macêdo  
Portaria Nº 156/2021  
**Pregoeira Municipal**

*Publicado por: GABRIELLY BARROSO MACEDO*  
*Código identificador: 3376d92595d5e62e54a998cef1d4b5be*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO  
MARANHÃO**

**DECRETO Nº 170/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021**

**DECRETO Nº 170/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021**  
*Dispõe sobre o funcionamento da Administração Pública Municipal no período que especifica, e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO,**

**DO ESTADO DO MARANHÃO, LUCIO FLÁVIO ARAÚJO OLIVEIRA,** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do município;  
**CONSIDERANDO** a necessidade de contenção de despesas e com a coincidência das festividades de fim de ano, que possibilita a redução da intensidade na prestação de serviços públicos, sem maiores prejuízos a comunidade.

**DECRETA**

**Art. 1º.** -Fica concedido **RECESSO** aos servidores da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão, suspendendo-se o expediente de trabalho dos órgãos da administração direta, no período de 20 de dezembro de 2021 a 18 de janeiro de 2022, com exceção dos serviços essenciais, que pela sua natureza, não poderão sofrer alterações, tais como, serviços hospitalares, limpeza e iluminação pública, vigilância, abastecimento de água, fiscalização da prevenção e combate ao contágio pelo COVID-19 e as tarefas administrativas que têm prazos legais específicos de cumprimento.

**Parágrafo único** - O funcionamento dos serviços essenciais será disciplinado em escala e número suficientes, por cada órgão, relativamente aos seus servidores e serviços de forma a não sofrerem interrupção.

**Art. 2º.** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, 10 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal de Itinga do Maranhão**

*Publicado por: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO OLIVEIRA*  
*Código identificador: 3f2862788c5b3f47656a2fc4b66807bd*

**DECRETO Nº 171/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021**

**DECRETO Nº 171/2021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021**

*Estabelece regras de segurança sanitária, orientações e restrições visando a prevenção ao contágio pelo Covid-19, em eventos que possam gerar aglomeração, durante as festividades de fim de ano, e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO, DO ESTADO DO MARANHÃO, LUCIO FLÁVIO ARAÚJO OLIVEIRA,** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do município;

**CONSIDERANDO** a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do novo Coronavírus;

**CONSIDERANDO** a edição pela União da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que prevê medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública do presente surto de Covid-19;

**CONSIDERANDO**, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341, que reconhece a legitimidade concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para adotarem medidas de combate e prevenção do COVID-19;

**CONSIDERANDO** que o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), em Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.625, prorrogou o estado de calamidade pública por causa da pandemia de Coronavírus e as medidas sanitárias decorrentes deste até que o governo federal ou a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmem que a pandemia da covid-19 acabou;

**CONSIDERANDO**, que em razão do Poder de Polícia, a Administração Pública pode condicionar e restringir o exercício de liberdades individuais e o uso, gozo e disposição da propriedade, com vistas a ajustá-los aos interesses coletivos e ao bem-estar social da comunidade, em especial para garantir o direito à saúde e a redução do risco de doença e de outros



agravos;

**CONSIDERANDO**, o disposto no Decreto nº 37.176/2021, editado pelo Governo do Estado do Maranhão, cujas regras sanitárias para realização presencial de reuniões e eventos públicos e privados, inclusive festas de fim de ano e demais eventos, dar-se-ão em conformidade com as regras sanitárias editadas pelas municipalidades.

#### DECRETA

**Art. 1º.** - Fica reiterado estado de calamidade pública, pois, reconhecida a situação anormal por conta da propagação do contágio pelo COVID-19 (COBRADE1.5.1.1.0 - Doença Infecciosa Viral), na forma delineada pelo Decreto Estadual nº 37.015 de 13 de setembro de 2021.

**Art. 2º.** - Por motivo de prevenção contra o coronavírus, e para a segurança, diante da chegada de uma nova variante e do aumento de casos em outros países, fica cancelada no Município de Itinga do Maranhão a realização do Réveillon e demais festividades e eventos tradicionalmente promovidos pela Prefeitura neste período.

**Art. 3º.** - Ficam também cancelados quaisquer eventos públicos presenciais realizados ou patrocinados pela Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão e que iriam contribuir para aglomeração de pessoas, favorecendo o aumento da transmissibilidade do novo Coronavírus no âmbito do Município.

**Art. 4º.** - Ficam autorizados a realização de festas, shows, eventos comerciais e similares, observando o limite de 200 (duzentas) pessoas para ambientes fechados e 400 (quatrocentas) para locais abertos.

§ 1º - Os bares, restaurantes, locais de eventos e similares, no período de 00:00h (zero hora) do dia 11/12/2021 a 00:00h (zero hora) do dia 02/01/2022, funcionarão no máximo até às 02:00h (duas horas).

§ 2º - Os organizadores de eventos no período previsto no parágrafo anterior, deverão obter previamente todas as licenças e autorizações municipais e estaduais para realização das festividades, sob pena de interdição e multa.

**Art. 5º.** São de observância obrigatória, por todos e em todas as atividades, empresárias ou não, a seguintes diretrizes:

I - Sejam prestadas, aos usuários, clientes, empregados e colaboradores, informações incisivas sobre medidas profiláticas e ostensivas de saúde e higiene acerca do Covid-19 e seu combate, dando-se ampla divulgação às diretrizes contidas, sobretudo, neste Decreto;

II - Mantenham-se arejados os ambientes, intensificando-se a higienização de superfícies e de áreas de uso comum;

III - Sejam disponibilizados, em local acessível e sinalizado, álcool em gel e/ou água, sabão e equipamento sanitário para sejam lavadas as mãos, bem como sejam adotadas outras medidas de assepsia eficazes contra a proliferação do Covid-19 e demais agentes contaminantes.

**Art. 6º.** O uso de máscaras faciais de proteção, descartáveis, caseiras ou reutilizáveis, como medida não farmacológica destinada a contribuir para a contenção e prevenção da COVID-19, infecção humana causada pelo Coronavírus (SARS - CoV-2) dar-se-á de acordo com o disposto neste artigo.

§ 1º O uso de máscaras de proteção em locais públicos e em locais de uso coletivo, ainda que privados, observará as seguintes diretrizes:

I- Em locais abertos: o uso de máscaras faciais de proteção é uma faculdade de cada indivíduo, não havendo mais obrigatoriedade no âmbito municipal.

II- Em locais fechados é obrigatória a utilização de máscaras faciais de proteção.

Parágrafo único. As regras de flexibilização contidas neste artigo não se aplicam às pessoas infectadas pela COVID-19, as quais, em caso de necessidade de quebra de isolamento em situações excepcionais, deverão utilizar a máscara facial de proteção, conforme protocolos médicos-sanitários.

**Art. 7º.** - As demais normas sanitárias de enfrentamento ao COVID-19 deverão seguir as regras previstas no Decreto Estadual nº 37.176/2021.

**Art. 8º.** - Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a prática das infrações administrativas previstas, conforme o caso, nos incisos VII, VIII, X, XXIX e XXXI do art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do ilícito previsto no art. 268 do Código Penal.

§ 1º - Sem prejuízo da sanção penal legalmente prevista, o descumprimento das regras dispostas neste Decreto enseja a aplicação das sanções administrativas abaixo especificadas, previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977:

I - Advertência;

II - Multa, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), considerada a gravidade da infração e a capacidade econômica do infrator, nos termos

do art. 2º, §§ 1º a 3º, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

III - interdição parcial ou total do estabelecimento.

§ 2º - As fiscalizações pelo cumprimento das normas deste Decreto ficarão a cargo da Secretaria de Meio Ambiente, com a orientação da Secretaria de Saúde.

**Art. 9º.** - As determinações desse decreto poderão ser revistas a qualquer tempo, tornando-se mais rígidas, de acordo com as recomendações do Governo do Estado do Maranhão e do Ministério da Saúde.

**Art. 10** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

**LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO OLIVEIRA**

Prefeito Municipal de Itinga do Maranhão

Publicado por: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO OLIVEIRA  
Código identificador: 5745910bb34d23b5e856050acf5b66ae

LEI Nº 411/2021, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

LEI Nº 411/2021, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

**DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO E DEMAIS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos de regência, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVA** e **EU, SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

#### CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPONIBILIDADES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Fica reestruturado o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Magistério e dos demais servidores que compõe